BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

DEMOCRACY AGAINST UNEMPLOYMENT — WILLIAM H. STEAD — Harper & Bros. — New York City — 1942 — 280 págs. — $3.00.

(*Comentário de* ELLA WEINFURTHER REED, *da American Public Welfare Association — In "Public Personnel Review" — Abril — 1944 — Vol. 5 — N.º 2*).

Neste tratado, o Sr. STEAD se interessa mais pela política governamental do que pela teoria econômica. Acha-se particularmente convencido da verdade de duas proposições conexas: "primeiro, a de que importantes decisões governamentais, destinadas a afetar nossa vida econômica e política, devem ser tomadas nos próximos meses e anos; segundo, a de que essas decisões serão tomadas, não por economistas em reuniões acadêmicas, mas pelos líderes dos negócios, do trabalho, e da vida política, que irão interpretar as convicções baseadas no senso comum da maioria dos cidadãos, os quais são os verdadeiros governantes de uma democracia". Salienta que um dos principais problemas a serem atacados é o desemprêgo de um "potencial humano capaz". Acredita que o desemprêgo é o maior inimigo da democracia, e, por isso, insiste na importância de um reajustamento de nossos meios de subsistência, de sorte que a humanidade possa ter maior garantia para libertar-se das privações. Admite que alguns casos de desemprêgo são devidos a fraquezas humanas ou insucessos individuais. Mesmo que êsses fatôres sejam removidos, resta-nos ainda o problema do insucesso da utilização da capacidade produtiva disponível — material e humana.

O Sr. STEAD sugere os seguintes testes para avaliação da eficácia real de um sistema econômico: "primeiro, o grau em que o sistema encoraja o desenvolvimento da capacidade produtiva...; segundo, o grau em que tal capacidade produtiva é utilizada; e, finalmente, a eqüidade com que são distribuídos os benefícios advindos de tal produção, a fim de satisfazer necessidades e desejos humanos". Atribui ao capitalismo particular e de competição uma nota "A" (excelente), na primeira avaliação, concernente à capacidade produtiva. No que toca à plena utilização da capacidade produtiva potencial, o moderno sistema capitalístico revela, entretanto, uma fraqueza espantosa. O autor apresenta, a êsse respeito, gráficos que mostram o desaproveitamento de enormes capacidades de homens e máquinas.

O nosso atual sistema econômico também obteve uma nota sofrível, no terceiro teste, isto é, no grau de distribuição eqüitativa. O autor esclarece que "uma distribuição eqüitativa não deve ser definida em têrmos de igual distribuição do poder aquisitivo. Os sêres humanos não são iguais, quer em suas capacidades e contribuições, quer em seus desejos e necessidades. A democracia deve assegurar igualdade de oportunidade e não igualdade de resultados". Sugere que a eqüidade na distribuição do poder aquisitivo talvez possa ter necessidade de ser definida como um resultado que sirva para medir aproximadamente o valor de uma contribuição individual ao trabalho produtivo.

O Sr. STEAD assinala, contudo, que as diferenças normais existentes quanto à capacidade de ganho não devem ser acentuadas por privilégios para a minoria e por medidas restritivas para a maioria, adotados por instituições legais e econômicas que interferem com o funcionamento de um mercado livre. Por outras palavras, o autor conclui que o aumento, a longo prazo, que se vem observando no volume do desemprêgo é provocado, principalmente, por uma distribuição anti-econômica do poder aquisitivo, que tende a manter em baixo nível a procura efetiva por mercadorias e serviços, evitando, destarte, a plena utilização da capacidade produtiva de homens e de máquinas. Os fatôres que contribuem para o desemprêgo, tais como as variações estacionais na indústria, movimentos cíclicos no volume dos negócios, conflitos no mercado de trabalho, alterações nas preferências e modas, e a freqüente transferência de casas de negócios e estabelecimentos industriais, são identificados e analisados.

Na segunda parte de seu livro, o Sr. STEAD estuda o processo pelo qual as causas de desemprêgo podem ser atacadas e afastadas. Entre as soluções apontadas, êle estuda o planejamento industrial, o planejamento governamental, a organização do mercado de trabalho, o seguro social, os contrôles de tempo de guerra, e os reajustamentos do após-guerra.

O autor focaliza sua atenção sôbre a complexidade e o caráter interdependente das relações econômicas. Por lhe faltar completo monopólio, a ação de uma firma se acha necessàriamente condicionada a outras ações análogas por parte de firmas competidoras. A administração industrial só pode exercer um contrôle efetivo sôbre um número limitado de condições que causam o desemprêgo. Nenhuma indústria funciona independentemente de outras, e, em conseqüência disso, nem mesmo o melhor trabalho de planejamento, realizado através da ação conjunta em uma só emprêsa, será capaz de conseguir a estabilidade. Além das limitações para alcançar a estabilidade ocupacional, o senhor STEAD menciona a importância dos perigos existentes para os consumidores em geral, perigos êsses que são inerentes ao desenvolvimento do mecanismo para uma ação conjunta de tôdas as unidades de uma indústria.

O Sr. STEAD acredita que uma apreciação realista das tendências correntes, tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro, levar-nos-á a concluir que a decisão está entre duas alternativas: *a*) uma atividade não planejada e não coordenada, em parte sujeita ao regime de competição e, por outra parte, sujeita ao regime do monopólio; ou *b*) um maior desenvolvimento das medidas de planejamento e contrôle governamental. Julga que o govêrno pode contri-

buir para a redução sistemática das flutuações do volume de emprêgo.

Um dos primeiros requisitos de uma ação governamental inteligente é o desenvolvmiento de um órgão de pesquisa e planejamento, com suficiente prestígio e competência para obter o apoio do público em geral, e, dêsse modo, exercer influência na legislação e na política governamental. Enquanto escrevia o seu livro, o autor ia vislumbrando os primeiros passos essenciais para a criação de tal órgão de planejamento, não só na desde então extinta Junta de Planejamento de Recursos Nacionais, como também nas diversas juntas estaduais e municipais, de igual natureza, que aumentaram em número e eficiência nestes últimos anos. Uma das principais funções de tais órgãos de planejamento é fornecer um sumário de informações oportunas para ser estudado pelo corpo legislativo e outros grupos elaboradores de políticas. Uma outra função, também importante, seria o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisas básicas, tanto particulares como públicas. Tais órgãos de pesquisa e planejamento serviriam de câmaras de compensação para informações sôbre as técnicas de estabilização do mercado de trabalho.

Na terceira parte de seu estudo, o Sr. STEAD insiste ainda em sua tese de que a tendência crescente para uma situação de desequilíbrio no mercado é ocasionada por uma defeituosa distribuição das rendas. Estuda as medidas que devem ser tomadas para modificar a dificuldade básica, e chama a atenção para a tendência crescente que se observa nos dois têrços dos grupos que percebem rendas reduzidas, no sentido de recorrerem à ação governamental, a fim de obterem melhoria em seu nível de vida. O govêrno é considerado como um organismo que necessàriamente deve assumir a responsabilidade de equilibrar as capacidades de intercâmbio, de transferir os contrôles de concentração e monopólio particular para o govêrno, e de elevar as rendas inferiores a um nível mais eqüitativo. O autor acredita que, nesse sentido, a política do *New Deal* fêz grandes progressos, o mesmo não se verificando, entretanto, no que concerne ao planejamento e administração de alguns dos programas administrativos.

Urge que algo mais se faça a fim de se produzir uma distribuição efetiva do poder aquisitivo e uma utilização plena da capacidade produtiva. Os reajustamentos voluntários feitos pelas emprêsas de negócios, são, por si sós, demasiado lentos e de limitado alcance para obter os necessários equilíbrios no sistema econômico. Faz-se mister não só obter um planejamento governamental adequado para alcançar os objetivos econômicos, como também ampliar certos tipos de contrôle governamental, a fim de corrigir desigualdades e garantir eficiência máxima e equilíbrio no sistema econômico. A êsse respeito, o Sr. STEAD estuda quatro tipos de política governamental: programas tributários, subvenção do govêrno aos grupos de rendas reduzidas, política de contrôle dos salários, e política do comércio internacional.

O autor apresenta, sôbre cada uma dessas questões, elementos assaz esclarecedores. Como exemplo, êle assinala que a percentagem paga em muitos impostos estaduais e locais permanece constante, quer a renda seja de $500, quer acima de $20.000 por ano. Também faz ver que, de modo geral, o volume de fundos necessário para efetuar o equilíbrio e a segurança econômica deve provir da tributação. E' essencial que a própria estrutura do impôsto seja aperfeiçoada, a fim de contribuir para a redistribuição gradual do poder aquisitivo, a qual, a seu ver, constitui elemento indispensável para o pleno aproveitamento de nossa crescente capacidade produtiva.

O Sr. STEAD encerra o seu tratado, insistindo em seu tema predileto, isto é, de que devem ser tomadas medidas capazes de alcançar a segurança e estabilidade econômica, se quisermos manter a democracia social e política. Assinala que uma nova ordem democrática é importante para os Estados Unidos, bem como para o resto do mundo, mas que esta ordem sòmente pode ser construída sôbre uma economia internacional satisfatória. Em vista da vigorosa história da democracia norte-americana, o autor acredita que as transformações necessárias a tal estabilidade econômica de ordem mundial podem e devem ser tomadas de acôrdo com os moldes democráticos. Eis, pois, um livro importante para todos quantos estejam interessados na conservação da democracia.

INDICAÇÕES

WELFARE IN THE BRITISH COLONIES — L. P. MAIR — The Royal Institute of International Affairs — Londres — 1944 — 115 págs. — 5 sh.

O presente livro encerra um estudo bem documentado sôbre as realizações mais recentes da política social seguida pelo govêrno britânico em suas colônias de ultramar. O autor limitou-se a tratar das colônias tropicais, excluindo as chamadas Colônias Mediterrâneas, que, sob muitos aspectos, apresentam problemas bastante diversos daqueles que existem nas principais regiões coloniais dos trópicos. Seu objetivo principal foi descrever sumàriamente a maneira pela qual os serviços coloniais britânicos desempenharam suas tarefas em África, Malaia, Hong-Kong, Ceilão, Fidji e Ilhas do Pacífico Ocidental, e nas Índias Ocidentais, relativamente à educação, ao trabalho e à saúde dos habitantes dessas possessões. O estudo está dividido em cinco capítulos, os quais, exceto o primeiro, são acompanhados, em sua parte final, das necessárias referências bibliográficas.

O capítulo primeiro, intitulado *O ambiente para a política social*, inclui uma descrição dos característicos etnográficos e sociais das colônias de África, Malaia, Hong Kong, Ceilão, Fidji, Ilhas do Pacífico Ocidental e Índias Ocidentais. O capítulo segundo, sob o título de *Educação*, abrange os seguintes assuntos: 1 — O comitê consultivo sôbre educação; 2 — Organização de serviços educacionais; 3 — Princípios de política educacional; 4 — Relações entre governos e organizações particulares; 5 — Participação dos povos coloniais; 6 — Educação para a vida rural; 7 — A educação feminina; 8 — A linguagem usada para a difusão do ensino; 9 — Educação de adultos; 10 —

Educação em centros de trabalho; 11 — Educação superior. *Bibliografia*. O capítulo terceiro compreendo as seguintes partes: 1 — Questões Gerais e 2 — Desenvolvimento nas diferentes Colônias — *Bibliografia*. O capítulo quarto abrange os quatro temas seguintes: 1 — A organização dos serviços de saúde; 2 — O contrôle de doenças transmissíveis; 3 — A promoção de medidas para a boa saúde; 4 — Alimentação — *Bibliografia*. O capítulo final discorre sôbre os seguintes tópicos: 1 — Organização de serviços de bem-estar social; 2 — As Índias Ocidentais; 3 — Os territórios africanos sob contrôle do govêrno britânico; 5 — Ceilão; 6 — O movimento cooperativista.

REMOBILISATION FOR PEACE — *Sir* RONALD DAVISON — Londres — 1944 — The Pilot Press Ltd. — 56 págs. — 4 sh. e 6 d.

Acêrca da importância da série de publicações britânicas intitulada "Target for Tomorrow", sob a direção de Sir William Beveridge, Dr. Julian Huxley e Sir John Orr, e à qual pertence o presente volume consagrado ao estudo da remobilização para a paz, julgamos oportuno transcrever a declaração conjunta feita por êsses três grandes vultos da Inglaterra contemporânea:

"Todo o mundo sabe que a nossa primeira tarefa é ganhar a guerra. O interêsse pelo mundo de após-guerra não interfere com o esfôrço para ganhar a guerra, antes contribui para êste fim. Ganharemos a guerra mais ràpidamente se soubermos para que estamos lutando, e nossos planos para o futuro podem servir de exemplo e estímulo para o resto do mundo. De qualquer modo, os programas de reconstrução estão sendo, desde já, elaborados pelos govêrnos e seus consultores. Ninguém tolerará um retôrno ao caos reinante no período compreendido entre as duas guerras mundiais; ao caos da crise financeira e dos "cortiços", da sub-nutrição e do desemprêgo em massa. Exige-se um plano.

Os técnicos de planejamento estão trabalhando ativamente, mas êles sòzinhos não podem construir o novo mundo. Eis uma tarefa em que todos os cidadãos devem participar. Cremos que o povo quer conhecer e compreender os planos e as possibilidades que se colocam diante de todos nós. A repercussão que teve o Plano Beveridge, tanto na Inglaterra como nos países estrangeiros, demonstra-o de maneira bastante clara.

Nesta série buscamos responder a essas perguntas básicas: Que é que está sendo planejado? Em que consistirão as realizações possíveis?

Em geral, tudo isso constitui questões objetivas, isto é, problemas de ciência social, economia e biologia humana. Se pudermos distinguí-los e enunciá-los como tais, haveremos de encontrar uma base para acôrdo e ação entre pessoas ou boa vontade".

*
* *

A matéria contida neste livro é a seguinte: *Introdução*: Sumário dos problemas; Por onde começaremos?; Desmobilização das fôrças armadas; Planos de Treinamento; Emprêgo nos dois primeiros anos do após-guerra; Novo objetivo de remobilização.

*
* *

NOTA — Os dois livros acima indicados foram oferecidos a esta Revista pelo Sr. representante do Conselho Britânico nesta Capital, a quem agradecemos a gentileza da oferta.

PERSONNEL MANAGEMENT IN WAR INDUSTRIES — BUREAU OF INDUSTRIAL RELATIONS — Bulletin n.º 14 — University of Michigan Press — Ann Arbor, Michigan — 1943 — 170 págs. — $3.00.

Como relatório de uma conferência de diretores de cinqüenta companhias da área de Detroit, realizada sob os auspícios do Bureau de Relações Industriais, esta publicação apresenta, em resumo, as minutas de uma série de debates sôbre administração de pessoal nas indústrias de guerra. Os debates, que foram conduzidos por um corpo seleto de diretores, acham-se relatados de acôrdo com um sistema padrão, através do qual, em série, um dos principais problemas de pessoal é analisado e, em seguida, acompanhado das sugestões propostas para sua solução. Vários tópicos discutidos nesta conferência podem ser encontrados, na íntegra ou em parte, nos programas de conferências sôbre problemas de pessoal no serviço público. Entre os assuntos de maior utilidade prática para a administração de pessoal no serviço público, incluem-se os seguintes: "Preenchimento dos requisitos do potencial humano"; "Seleção e Ingresso de Novos Empregados"; e "Determinação de salários e outros tipos de retribuição".

TÉCNICA LEGISLATIVA E AS CONSTITUIÇÕES E LEIS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL — HÉSIO FERNANDES PINHEIRO — Livraria Jacinto — Editora *A Noite* — Rio de Janeiro — 1945 — 365 págs. — Cr$ 40,00.

O livro do Sr. Hésio Fernandes Pinheiro vem preencher uma lacuna há longo tempo existente em nossa literatura jurídica, isto é, a falta de um compêndio altamente especializado que representasse a última palavra sôbre a arte ou técnica da apresentação material do texto das leis. E' certo que alguns cultores de assuntos jurídico-legislativos chegaram mesmo, em época anterior, a publicar trabalhos avulsos sôbre a matéria. Nenhum dêsses trabalhos, porém, atingiu o vulto da presente obra, que, além de ser escrita num estilo agradável, possui, em alta escala, aquela qualidade essencial aos livros técnicos: a de ensinar, com clareza, como se faz aquilo que lhes serve de tema. Redigir leis, redigí-las bem, com o máximo de economia lógica e eficiência de expressão — eis o ponto cardial visado pelo autor em seu oportuno tratado de técnica legislativa. Os

atos legais — dá-nos a entender o autor — não valem sòmente pelo fundo lógico que encerram, mas também pela excelência da forma. O Sr. Hésio Fernandes Pinheiro, através de todos os capítulos de seu livro, insiste em demonstrar as vantagens produzidas pela uniformidade de redação dos atos legais. Não se contentando em defender, com os melhores subsídios teóricos, essa acertada tese, o autor apresenta um conjunto de regras práticas para a redação uniforme dos textos legais de qualquer natureza, o que vem emprestar ao seu trabalho um cunho de singular utilidade para os que se dedicam ao assunto.

A tábca das matérias é a seguinte :

Introdução :

I — Ligeiras considerações sôbre a evolução da lei escrita ;
II — A técnica legislativa e o seu conceito.

§ 1.º — *Do preâmbulo das leis* :
Intróito

I — Da epígrafe.
II — Da rubrica ou ementa.
III — Da autoria e fundamento legal da autoridade. Fórmulas de promulgação.
IV — Das formas de justificar os atos de ordem legislativa.
V — Da ordem de execução ou mandato de cumprimento.

§ 2.º — *Da apresentação material do texto das leis* :
Intróito

I — Do Artigo.
II — Do desdobramento dos Artigos :
a) do Parágrafo ;
b) dos Itens e Letras ;
c) da Alínea e Inciso.
III — Do agrupamento dos Artigos :
a) da Secção ;
b) do Capítulo ;
c) do Título ;
d) do Livro ;
— *e*) das Partes Geral e Especial.

§ 3.º — *Das Disposições Complementares e Suplementares das leis* :

I — Das Disposições Preliminares, Introdução ou Título Preliminar.
II — Das Disposições Gerais e Disposições Finais.
III — Das Disposições Transitórias.

§ 4.º — *Das Cláusulas de Vigência e de Revogação, nas leis.*

§ 5.º — *Do Fecho das leis.*

§ 6.º — *Da Assinatura e Referenda, nas leis.*

Appendicis :

I — Um ato da ordem legislativa com anotações marginais sôbre as suas diversas partes, segundo o plano dêste livro.
II — Uma sugestão para a Revisão das Leis Brasileiras.
III — As Constituições e Leis Constitucionais do Brasil.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos :

Monthly Labor Review — United States Department of Labor, Bureau of Labor Statistics — Vol. 59, ns. 3 e 4, setembro e outubro de 1944.

The Coming Austria, por HANS KLINGHOFFER ; *Regresso para o Reich — Volta para casa?*, por FRANZ WERFEL — Publicações do "Comité de Proteção dos Interêsses Austriacos no Brasil" — Rio de Janeiro, 1945.

International Labour Review — International Labour Office — Vol. L, n.º 5, novembro de 1944.

International Conciliation — Carnegie Endowment for International Peace, Division of Intercourse and Education — N.º 405, novembro, 1944, 1.ª e 2.ª seções.

Boletim da União Panamericana — Novembro e dezembro de 1944 — Washington.

Universidad de la Habana — Departamento de Intercambio Universitario, La Habana, Cuba — Nos. 52, 53 e 54 — Janeiro a junho de 1944.

Gaceta Judicial — Organo de la Corte Suprema de Justicia de la Republica del Ecuador — Ano XL, dezembro de 1942, série sexta, tomo III, ns. 10 e 11.

Revista de Agricultura y Ganaderia — Organo Oficial del Ministerio de Agricultura — N.º 3, novembro de 1944 — Asunción.

Engenharia — Ano III, vol. III, n.º 29, janeiro de 1945 — São Paulo.

Revista Fiscal e de Legislação de Fazenda — Ano XV, ns. 17 e 18 — Rio.

Revista do Conselho Nacional do Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — N.º 22, setembro e outubro de 1944.

Revista do Comércio de Café do Rio de Janeiro — Ano III, n.º 48, novembro de 1944.

Nação Brasileira — Ano XXIII — N.º 257 — Janeiro de 1945.

Inapiários — Órgão dos Funcionários do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários — N.º 80, dezembro de 1944.

A Voz do Mar — Boletim da Comissão Executiva da Pesca — Ano XXIV, n.º 196, novembro de 1944.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Ano VII, n.º 11, novembro de 1944.

Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo — Ano II, ns. 71, 74, 81, 82, 84, 85, 86 e 87.

Especificações E-13a (Negro de Fumo), *E-28b* (Ocre), *E-29b* (Cré — Carbonato de Cálcio) e *E-75* Sulfureto de Carbono) — Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.